

Dia 19 de Maio às 14H30

Todos às Manifestações

Lisboa (Calvário) - Porto (Praça dos Leões/Praça da Batalha)

Dia após dia novas notícias surgem sobre a dimensão da gravidade do “acordo” estabelecido entre a troika (FMI-UE-BCE) e os partidos do arco do poder.

Este “acordo” ao contrário do que fazem crer, é um atentado aos direitos dos trabalhadores e do nosso povo, uma rendição perante a ingerência externa e um ataque à democracia e à soberania nacional. A aplicação deste “acordo” fará Portugal regredir 10 anos na produção da riqueza e recuar tanto ou mais na sua dimensão social e civilizacional. É o próprio Comissário Europeu Olli Rehn a assumir publicamente que a taxa de juros será superior a 5%. Tal facto implica que num “empréstimo” de 78 mil milhões de euros, Portugal vai ter de pagar cerca de 30 mil milhões de euros de juros. Portanto, este “acordo” é de facto um saque ao nosso país, é um óptimo negócio para a troika (FMI-UE-BCE), os especuladores e os mercados!

Em 2009/2010, em plena crise, quando os bancos deixaram de emprestar dinheiro às pequenas e médias empresas, os accionistas da banca apropriaram-se de 4 mil milhões de euros de lucros. Agora, segundo este “acordo”, vão buscar directamente ao “empréstimo” que o povo português terá que pagar mais 12 mil milhões de euros (valor superior à redução do défice previsto até 2013!). E ficam ainda com um aval disponível de 35 mil milhões de euros de que o Estado é o avalista. Tudo isto, sem falar no que teremos que gastar com a privatização do BPN. Para os Bancos tudo, para o investimento produtivo, nada!

A pretexto da crise, assiste-se a um ataque sem precedentes aos direitos no trabalho.

- Esvaziar a **contratação colectiva** de direitos;
- Limitar o pagamento do valor do **trabalho extraordinário** a um máximo de 50%, incluindo o prestado em feriados e dias de descanso, reduzindo de imediato os salários;
- Acabar com o **descanso compensatório** que hoje existe (igual a 25% das horas extra trabalhadas), desprezando a saúde dos trabalhadores;
- Impor o **Banco de Horas** (trabalhar até 12h/dia) à margem da contratação colectiva, para não pagarem trabalho suplementar;
- Alargar os **motivos de despedimento individual**, procurando “vender” a *inaptidão* (que já foi declarada inconstitucional), como tratando-se de *inadaptação* (mesmo que não sejam introduzidas novas tecnologias), desprezando as leis e a Constituição para despedir sem justa causa;
- Reduzir as **indemnizações de 30 para apenas 20 dias/ano**, num máximo de 12 meses, sendo que hoje a antiguidade é ilimitada; com a perspectiva de nova redução do valor de indemnização em 2012, para ficar em linha com a “média da UE”;
- Reduzir o **subsídio de desemprego até ao limite de 18 meses** (hoje o limite é de 36 meses para os trabalhadores com 45 e mais anos), cortando pelo menos 10% do seu valor a partir do 6º mês de desemprego; corte no montante máximo do subsídio de desemprego de 3 para 2,5 IAS (IAS = 419€) - actualmente 1.257€, futuramente 1.047€;
- Reduzir as contribuições patronais para a **segurança social**, à custa do **aumento do IVA/social** pago por todos nós;
- Financiar o **patronato com o dinheiro da segurança social** para generalizar a precariedade, nomeadamente dos jovens, contratando hoje para despedir amanhã;

- Aumento do **IVA**, para os bens essenciais;
- Aumento das taxas de juro para **habitação**;
- Aumento do **IRS**, por via da eliminação de deduções fiscais (saúde, educação e habitação);
- Redução das isenções do **IMI** e aumento da sua taxa;
- Aumento dos **transportes, electricidade e gás**, bem como de outros serviços e bens essenciais;
- Cortes nas **prestações sociais**;
- Agravamento das **taxas moderadoras e redução das isenções**.

A pretexto da crise, assiste-se a um ataque sem precedentes à nossa economia, com a continuação e agravamento da política ruinosa de privatizações onde se destacam empresas estratégicas como a TAP e a ANA, colocando o sector nacional da aviação mais uma vez em risco. Com esta política, se não o impedirmos, o Estado português alienará definitivamente um dos poucos instrumentos de que ainda dispõe para o intervir na economia, paralisando o desenvolvimento e ameaçando a própria existência das empresas.

São medidas imorais, injustas e inadmissíveis! Porque põem em causa os direitos e o nível de vida da população e o futuro do país. Os trabalhadores têm razões para criticar e castigar os que as apoiam. Com a luta, **outro rumo é possível:**

- Renegociando a dívida, os prazos e os juros, para pôr a economia a crescer;
- Apostando na produção nacional para criar riqueza, emprego, reduzir as importações e o endividamento externo;
- Melhorando o poder de compra dos salários e das pensões para assegurar uma justa distribuição da riqueza e a dinamização da economia;
- Assegurando políticas sociais para todos, especialmente os mais desfavorecidos;
- Investindo nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado.

Está na hora de dizer basta. Vamos lutar contra esta política de desastre nacional. Qualquer pessoa sabe que pagar empréstimos com outros empréstimos, a juros cada vez mais altos, sem criar riqueza, sem produzir, leva rapidamente a uma situação insustentável: a bancarrota.

Neste contexto, e tendo presente a necessidade de denúncia deste atentado contra Portugal e os portugueses, apelamos à participação dos trabalhadores do nosso sector nas **concentrações de 19 de Maio, em Lisboa e no Porto.**

Não ao “acordo” da recessão, do desemprego, das injustiças e das desigualdades

É TEMPO DE NOS UNIRMOS. É HORA DE LUTAR!

Para possibilitar a participação dos trabalhadores nas concentrações, o SITAVA apresentou Aviso Prévio de Greve das 13h30 às 19h30, com âmbito nos Distritos de Lisboa e Porto.

Nota: Em Lisboa, o SITAVA coloca à disposição dos trabalhadores que se querem manifestar um autocarro que parte da Portaria das instalações da TAP às 14 horas, assegurando o transporte entre o Aeroporto e o Largo do Calvário e o regresso ao Aeroporto no final da concentração (18 horas).